

72.4	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo I-A em rolos de 1,02m x 20m, na cor vermelha	Rolo	150	1.405,00
72.5	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo I-A em rolos de 1,02m x 20m, na cor marrom	Rolo	02	1.405,00
72.6	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo I-A em rolos de 1,02m x 20m, na cor laranja	Rolo	02	1.405,00
72.7	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo II ou III em rolos de 1,22m x 22,8m, na cor vermelha	Rolo	05	4.100,00
72.8	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo II ou III em rolos de 1,22m x 22,8m, na cor branca	Rolo	05	3.200,00
72.9	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo II ou III em rolos de 1,22m x 22,8m, na cor amarela	Rolo	04	4.100,00
72.10	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo II ou III em rolos de 1,22m x 22,8m, na cor verde	Rolo	03	4.100,00
72.11	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo II ou III em rolos de 1,22m x 22,8m, na cor azul	Rolo	03	4.100,00
72.12	Película refletiva, conf. NBR 14644 da ABNT, DMD/M Tipo IV em rolos de 0,61m x 20m, na cor preta	Rolo	140	1.405,00

Diretor Administrativo e Financeiro

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

COHAB - LICITAÇÕES

DESPACHO

À vista do constante no Processo SEI nº 7610.2021/0001973-5, AUTORIZO, a contratação de empresa especializada para elaboração de laudos de LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho e PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, nas dependências da Cia., nos termos do inciso II, artigo 29 da Lei nº 13.303/2016. Em decorrência, emita-se a Nota de Empenho no valor de R\$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais), em favor da empresa INTEGRACAO SEGURANCA + MEIO AMBIENTE LTDA inscrita no CNPJ 21.197.968/0001-20, onerando a dotação orçamentária nº 83.10.16.122.3024.2611.3.3.90.39.00.09.

TRIBUNAL DE CONTAS

GABINETE DO PRESIDENTE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES 1

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº14/2021

AMPLA CONCORRÊNCIA (TIPO MENOR PREÇO)

Processo: TC/009876/2021 - Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma dos mecanismos de abertura, travamento e fechamento das janelas de alumínio das fachadas dos 2º e 3º andares do Edifício Sede do TCMSP.

No dia 06 de agosto de dois mil e vinte e um, às 14h30, reuniram-se por meio de teletrabalho, conforme Portaria nº 144/2020, o Pregoeiro da Comissão nº 1, Senhor MAURÍCIO BULA TREVISANI – CPF 151.473.528-80 e a Equipe de Apoio, Senhores FERNANDO CESAR FARIA CABRAL – CPF 057.398.286-43, MARCOS FALCI – CPF 033.102.838-79, PATRÍCIA DE ARAÚJO MEDEIROS FRANZOTTI – CPF 246.836.148-20 e SILVANA RODRIGUES DE CASTRO – CPF 116.324.008-71, designados pela Port. 134/2018, para sistematizar todos os atos praticados na Sessão Pública do Pregão em epígrafe no ambiente Comprasnet, nos moldes preconizados pela Portaria nº 042/SG/2020, de 30/07/2020, expedida pela Secretaria Municipal de Gestão, visando à padronização de publicações no DOC.

Conforme autorização do Presidente do TCMSP para a abertura da licitação, fundamentada no artigo 15 da Lei Municipal nº 13.278/2002 e no artigo 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 46.662/2005, respeitadas as disposições das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, e do Decreto Federal nº 10.024/2019, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo do dia 23 de julho de 2021 à página 88, a sessão foi marcada para o dia 06.08.2021 às 10h00, em São Paulo, mediante o cumprimento de todas as formalidades legais para divulgação.

Na data e hora estipuladas, após o exame inicial da regularidade das propostas eletronicamente encaminhadas, procedeu-se a fase de lances para a classificação dos licitantes.

O término da etapa de lances resultou na seguinte ordem classificatória demonstrada pelo sistema Comprasnet antes da negociação direta entre o Pregoeiro e o licitante detentor da melhor oferta:

EMPRESA	PREÇO OFERTADO	SITUAÇÃO
PENHA VIDROS	R\$712,00	PROPOSTA RECUSADA
ANÍSIO ALVES	R\$01.760,00	2º
G PRADO	R\$350.000,00	3º

Cumprе destacar que, ao final desta etapa, foi possível reconhecer os participantes desta licitação, resgatando-se inclusive os valores de suas respectivas propostas iniciais:

PENHA VIDROS LTDA. – CNPJ 60.689.353/0001-72 – RUA DOS ITALIANOS Nº 453 – BOM RETIRO – SÃO PAULO – SÓCIOS: JORGE BENJAMIN ABDUCH – CPF 010.292.588-72, AMANDA CHAKUR ABDUCH STEAGALL – CPF 290.176.068-60 e JORGE CHAKUR ABDUCH – CPF 128.282.638-78 (R\$712,00);

ANÍSIO ALVES MOREIRA ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E VIDROS (ME/EPP) – CNPJ 22.688.622/0001-97 – RUA CESAR PENA RAMOS Nº 1091 – VILA SANTA MARIA – SÃO PAULO – EMPRESÁRIO INDIVÍDUA: ANÍSIO ALVES MOREIRA – CPF 021.844.088-08 (R\$656.000,00);

G PRADO COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO EIRELI (ME/EPP) – CNPJ 17.792.041/0001-60 – RUA AMÉRICO SALVADOR NOVELLI Nº 154 – SALA 404 – ITAQUERA – SP – SÓCIO: GEDÉÃO DO PRADO PEREIRA – CPF 264.859.388-85 (R\$419.840,00).

O Pregoeiro promoveu no chat do sistema um diálogo com a empresa classificada em primeiro lugar, PENHA VIDROS LTDA., alertando-a que sua proposta poderia ser declarada inaceitável, em função de ter sido lançado no sistema provavelmente o valor unitário ao invés do total e indagou acerca da possibilidade de o fornecedor realizar o serviço colocado em disputa pelo valor total de R\$712,00. Diante da manifestação da licitante de que cometera equívoco em sua proposta ao registrar o valor unitário em vez do total e de que não seria viável a assunção da obrigação contratual por esse valor, o Pregoeiro considerou sua proposta inaceitável, em face do descumprimento dos itens 5.8.1, 6.14.1 e 6.15 do edital, situação que acarretou reconhecimento do valor total registrado como inexequível tanto por parte do Pregoeiro como pela própria licitante.

Ato contínuo, o Pregoeiro, entabulou negociação com o fornecedor detentor da proposta classificada em segundo lugar, ANÍSIO ALVES MOREIRA ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E VIDROS – ME, solicitando o envio de uma proposta com o valor mais competitivo. Em função da significativa discrepância entre o valor ofertado pela empresa em questão e o valor orçado pela Administração, o valor total apurado nos autos a título de pesquisa de mercado (R\$ 217.231,12) foi revelado por corresponder ao máximo aceitável para o objeto em apreço.

Ainda relutante, a empresa ANÍSIO ALVES MOREIRA ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E VIDROS - ME. alegou que o valor estimado não condizia com a realidade de mercado e que a melhor oferta deles era R\$280.000,00, pois o serviço seria de complexidade e responsabilidade técnica muito elevada.

Diante da insistência por parte do Pregoeiro, solicitando que a licitante confirmasse se seria possível atingir o valor estimado de R\$217.231,12 ou inferior para que pudesse convocar anexo para o envio da proposta atualizada, a empresa requereu um pouco mais de tempo para realizar uma melhor oferta e na sequência aquiesceu em formular proposta final no valor de R\$217.231,12.

Nesse contexto, o Pregoeiro registrou o valor alcançado a título de negociação e convocou anexo para o envio da proposta atualizada ao valor global alcançado na negociação. A conferência da proposta final evidenciou o atendimento das disposições constantes do edital, propiciando a ACEITABILIDADE da proposta.

Não tendo sido detectado qualquer óbice à sua participação no certame por meio da consulta aos cadastros do item 8.1 do instrumento convocatório, e considerando que a documentação encaráda pela empresa, analisada em conjunto com a constante do SICAF, revelou o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro decidiu HABILITAR a empresa ANÍSIO ALVES MOREIRA ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E VIDROS - ME., considerando-a vencedora do Pregão em epígrafe.

Restou consignado ainda que, na avaliação da qualificação técnica, o Pregoeiro contou com subsídios da área técnica de Engenharia da Subsecretaria Administrativa, conferindo maior robustez para a decisão de habilitação técnica do licitante.

Dando continuidade, o Pregoeiro abriu o prazo de 50 minutos para manifestação de eventual interesse motivado na interposição de recursos, com encerramento determinado para às 13h20. Referido prazo transcorreu “in albis”.

Realizadas todas as etapas necessárias para a condução do certame, o Pregoeiro encerrou a sessão, adjudicando o objeto deste pregão à empresa ANÍSIO ALVES MOREIRA ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E VIDROS - ME, pelo valor total de R\$217.231,12 (Duzentos e dezessete mil, duzentos e trinta e um reais e doze centavos).

Fica consignado que o registro integral da sessão pública se encontra disponível no sistema COMPRASNET e que os autos serão enviados devidamente instruídos à Superior Administração do TCMSP, propondo-se a homologação do certame

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO

GABINETE DO PRESIDENTE

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2018/0000619-3, em especial da solicitação da interessada (043534711), da manifestação favorável da área técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual (043763292) e do parecer da assessoria jurídica (046162142), com fundamento nos arts. 72 e 81, I e IV, da Lei Federal nº 13.303/2016 e no item 5.2 do Edital nº 02/2016/SpCine - Programa de Investimento/2016, Linha 01: Produção de longas metragens via processo seletivo, e no item 18.5 do Termo de Contrato nº 97/2018/SpCine, que tem por objeto a produção da obra “171 - Me engana que eu gosto”, AUTORIZO a prorrogação do prazo de entrega do produto final para até 10/10/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do ajuste.

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente: Milton Leite

GABINETE DO PRESIDENTE

SECRETARIA DA CÂMARA

SECRETARIA DA CÂMARA

MESA DA CÂMARA

ATO Nº 1521/2021

Altera o Ato nº 1.504, de 02 de março de 2021, prorroga seus efeitos e dispõe sobre procedimento para o retorno ao trabalho presencial dos servidores maiores de sessenta anos, gestantes, portadores de doenças crônicas ou imunodeprimidos afastados administrativamente.

CONSIDERANDO o avanço no plano de imunização e vacinação da população do Município de São Paulo, que já conta com 65,5% de sua população vacinada ou menos com a primeira dose até a data de 06 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO o necessário apoio administrativo para as atividades parlamentares desta Câmara Municipal de São Paulo;

CONSIDERANDO a permanente necessidade de revisão e adequação das medidas administrativas propostas à realidade atual.

A Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, usando de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º O artigo 5º do Ato nº 1504, de 02 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Será organizado sistema de alternância ou de rodízio nos Gabinetes de Vereadores, observado o quantitativo máximo de até 50% de servidores e estagiários em trabalho presencial concomitantemente, com distribuição física que evite o adensamento de pessoas no ambiente de trabalho”.

Art. 2º Fica extinto o afastamento administrativo do trabalho presencial preconizado no artigo 2º do Ato nº 1.462, de 16 de março de 2020, de servidores vacinados contra COVID-19.

Parágrafo único. A inclusão dos servidores que se encontram afastados administrativamente nos termos do caput deste artigo nas escalas de revezamento de trabalho presencial dar-se-á somente após avaliação de seu estado vacinal pela Secretaria de Saúde - SGA-8, e informação dessa Secretaria à chefia imediata sobre sua aptidão ao retorno.

Art. 3º Ficam prorrogados por mais 45 dias os efeitos do Ato nº 1.504, de 2021, nos termos de seu artigo 9º.

Art. 4º Este Ato entra em vigor em 10 de agosto de 2021. São Paulo, 06 de agosto de 2021.

DECISÃO DE MESA Nº 4765/21
Proc. 106/2021

Devidamente instruído o processo e estando de acordo com o pedido formulado, a MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, nos termos da Resolução nº 02/2021 e do Ato nº 1506/2021, AUTORIZA a realização de solicitação de afastamento do servidor Ricardo Eleutério Trindade para, sem prejuízo dos vencimentos e com reembolso ao órgão cedente, prestar serviços junto ao 2º Gabinete de Vereador até 31/12/2021.

DECISÃO DE MESA Nº 4766/21
Avaliação Especial de Desempenho Final – TID 19360596
Considerando a edição do Ato nº 1061/2009, que disciplinou a avaliação especial de desempenho a ser realizada no período do estágio probatório e criou a Comissão de Estágio Probatório, em atendimento ao disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal;

Considerando que tal avaliação é condição para aquisição da estabilidade prevista no “caput” do art. 41 da Constituição Federal,

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais, HOMOLOGA a avaliação especial de desempenho final apresentada pela Comissão de Estágio Probatório, em 14 de julho de 2021, e CONFIRMA em seu cargo o servidor arrolado abaixo, iniciando-se a estabilidade no serviço público a partir da data imediatamente subsequente à do término do estágio probatório.

Nome	RF	Lotação
DÉCIO FREDERICO VICCINO JUNIOR	11504	CCI

SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA CPS

Memo. CPS 26/21 - Proc. 88/20

Considerando justificado o pedido, AUTORIZO a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos do Processo 88/20, por mais 30 (trinta) dias, a partir de 04/08/2021.

REQUERIMENTO Protocolo Geral Nº 306832, de 27/04/2021 – TID 19253567

À vista do solicitado no presente requerimento por Leandro Saito, RF 11.363, DEFIRO o pedido de exclusão do adicional de Função Gratificada não tornado permanente e da Gratificação Legislativa de Incentivo à Especialização e Produtividade (GLIEP) da base de cálculo da contribuição previdenciária, com produção de efeitos nos termos do inciso II do art. 6º do Ato nº 1.034/2008, com a redação que lhe foi conferida pelo Ato nº 1.519/2021.

Outrossim, INDEFIRO o pedido de devolução dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre o adicional de Função Gratificada não tornado permanente e sobre a Gratificação Legislativa de Incentivo à Especialização e Produtividade (GLIEP) já recolhidos e repassados ao Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPEM), nos termos do art. 6º, §3º, do Ato nº 1.034/2008, com a redação que lhe foi conferida pelo Ato nº 1.519/2021.

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Conselheiro João Antônio

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIA EXPEDIDA PELO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 365/2021

Dispõe sobre a criação do Comitê para o acompanhamento e implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo

JOÃO ANTONIO, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 16.817/2018 que adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal;

CONSIDERANDO a instalação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Comissão Municipal ODS) para efetivação do Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 na cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO a Iniciativa 17.1 – Difundir e promover os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, constante do Plano Estratégico 2020-2023 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, aprovado pela Resolução nº 11 de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de coordenação das ações de controle externo para o acompanhamento das Políticas Públicas para o avanço na efetivação da Agenda Municipal 2030 no âmbito do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO por fim o estabelecimento de ambiente propício ao intercâmbio de informações relevantes para a tomada de decisões a respeito do tema;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Comitê para o acompanhamento e implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

§ 1º O Comitê será composto pelo:

I – Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

II – Chefe de Gabinete da Presidência;

III – Secretário-Geral;

IV – Subsecretário Administrativo;

V – Subsecretário de Fiscalização e Controle;

VI – Assessor Jurídico Chefe de Controle Externo;

VII – Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação;

VIII – Assessor de Imprensa;

IX – Chefe do Núcleo de Governança e Gestão;

X – Diretor-Presidente da Escola de Gestão e Contas Públicas.

§ 2º Além das áreas que compõem o Comitê, outras poderão ser convidadas a participar de reuniões(ões) específica(s), a critério da Presidência do Comitê.

§ 3º O Presidente deste Tribunal designará servidor para exercer a Presidência do Comitê, a quem caberá convocar as reuniões.

Art. 2º. O Comitê orientará a implementação dos ODS no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, promovendo a interação entre as áreas e deliberando acerca da governança, estratégias e planejamento, de modo a apoiar a tomada de decisões administrativas e gerenciais quanto ao tema.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

a)JOÃO ANTONIO – Presidente

PORTARIA EXPEDIDA PELO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 369/2021

Institui o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (CGE)

JOÃO ANTONIO, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os referenciais estratégicos, Missão, Visão e Valores, aprovados pela Resolução n. 12 de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução n. 11 de 2021 que aprova o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo para o período 2020-2023 e prevê a criação do Comitê de Gestão Estratégica;

CONSIDERANDO a necessidade de contínuo aprimoramento das medidas relacionadas à gestão do Tribunal nos níveis estratégico, tático e operacional;

CONSIDERANDO a importância de promover o sincronismo organizacional, a atuação integrada e o alinhamento entre as unidades do Tribunal, de forma a conferir maior transparência e efetividade quanto ao alcance dos objetivos estratégicos institucionais;

CONSIDERANDO a necessidade fortalecer a governança, subsidiar o processo de tomada de decisão estratégica e o acompanhamento da execução dos planos, em seus mais diferentes níveis;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (CGE), órgão colegiado que tem por finalidade atuar como instância interna de suporte e apoio à governança institucional relacionada à gestão da estratégia.

Parágrafo único. O Comitê de Gestão Estratégica deverá observar o Plano Estratégico em vigência e as diretrizes, orien-

tações e determinações emitidas pelo Pleno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Art. 2º Compete ao Comitê:

I - auxiliar na formulação, na gestão e no monitoramento da estratégia do Tribunal, bem como emitir pareceres que subsidiem o processo de tomada de decisão estratégica pelo Pleno;

II - consolidar as propostas que integrarão o Portfólio de Projetos Institucionais do Tribunal e que comporão o plano de nível tático subsequente a ser aprovado pelo Presidente;

III - contribuir na definição e na avaliação dos indicadores e das metas relacionados aos projetos institucionais;

IV - aprovar o modelo de plano de nível operacional a ser adotado pelas unidades técnicas e administrativas do Tribunal;

V - recomendar aos gerentes dos projetos institucionais ajustes no desenvolvimento das atividades decorrentes;

VI - analisar os Relatórios Semestrais de Monitoramento, elaborados pela Secretaria Geral (SG) e pelo Núcleo de Governança e Gestão (NGG), em Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), semestrais, cujo resultado será encaminhado ao Pleno do Tribunal;

VII - criar subgrupos temáticos, vinculados ao Comitê, para análise de matéria específica.

Art. 3º O Comitê de Gestão Estratégica será composto por representantes das seguintes unidades do Tribunal:

I - Gabinete da Presidência;

II - Gabinetes dos respectivos Conselheiros;

III - Secretaria Geral;

IV - Subsecretaria Geral;

V - Subsecretaria de Fiscalização e Controle;

VI - Subsecretaria Administrativa;

VII - Assessoria Jurídica de Controle Externo;

VIII - Núcleo de Governança e Gestão;

IX - Núcleo de Tecnologia da Informação;

X - Escola de Gestão e Contas;

XI - Ouvidoria;

XII - Controladoria Interna;

XIII - Assessoria de Imprensa;

XIV - Unidade de Informações Estratégicas;

XV - Gestão das Relações do Trabalho;

XVI - Unidade de Jurisprudência.

§ 1º Cada unidade será representada pelo respectivo gestor ou chefe de gabinete e por um servidor a ela vinculada, na condição de suplente.

§ 2º O Presidente deste Tribunal designará servidor para coordenar as atividades do Comitê, a quem caberá convocar e presidir as reuniões.

§ 3º As reuniões do Comitê serão secretariadas pelos representantes do Núcleo de Governança e Gestão (NGG).

Art. 4º Para efeito desta Portaria, entende-se:

II – Plano de nível tático é aquele que promove a ligação entre a estratégia definida e as diretrizes operacionais. Indica de forma precisa e coesa o que e como deve ser feito para o atingimento das orientações emanadas pelo Pleno.

II – Plano de nível operacional é aquele que promove a efetivação do que foi planejado e sistematizado nos níveis estratégico e tático. Formaliza os procedimentos operacionais e as atividades a serem adotados para o atingimento dos objetivos traçados durante todo o processo de planejamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

a)JOÃO ANTONIO - Presidente

PORTARIAS DO SECRETÁRIO GERAL

PORTARIA EXPEDIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL

Port. 364/2021 – e-TCM 11111/2021 – Constituinte Grupo de Estudos com o objetivo de avaliar e propor as medidas necessárias para a adoção da Nova Lei de Licitações (Lei Federal 14.133/21) no âmbito do TCMSP, em especial nos aspectos de planejamento, governança, legitimidade do agente de contratação e regulamentos necessários, composto pelos seguintes servidores: Gláucio Teixeira Tavares, RF 20.146 (Coordenador), Christianne de Carvalho Stroppa, RF 1.573 e Fabiana Bataglia Castro, RF 75141, da Subsecretaria Administrativa; Karen Peterle Freire, RF 20.130, da Secretaria Geral; Fernanda Sposito Roxo, RF 1.568, Márcio de Arruda Silveira, RF 1.382, Roberto Figueiredo Costa, RF 1.505 e Egle dos Santos Monteiro, RF 1.579, da Assessoria Jurídica de Controle Externo.

PORTARIAS DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SUBSECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

Port. 370/2021 – Designando Maristela Brandão Vilela, reg. TC 20.319, para substituir Newton Antonio Pinto Bordin na Função Gratificada de Assessor de Controle Externo, FG-4, constante do Anexo IV, Tabela “A”, da Lei 13.877/2004, por motivo de férias, no período de 2 a 15.8.2021.

Port. 371/2021 – Designando Daniel Régis e Silva, reg. TC 20.255, para substituir Roberto Figueiredo Costa no cargo de Assessor de Controle Externo, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, sendo-lhe atribuída a FG-4, constante do Anexo IV, Tabela “B”, da referida lei, por motivo de férias, a partir de 2.8.2021.

Port. 372/2021 – Designando José Luis Larrussa, reg. func. 563.834, para substituir Sizefredo Silva de Sousa no cargo de Assessor de Gabinete III, vencimento básico QTCC-01, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por estar substituindo em outro cargo, a partir de 2.8.2021.

Port. 373/021 - Designando Vera Lúcia Braga Cocco, reg. TC 20.1